



A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA MORAL ATRAVÉS DA PRÁTICA ESPORTIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Francier Marcondes ¹
Deoclecio Rocco Gruppi ²

RESUMO

Quando iniciamos uma breve reflexão sobre nossa sociedade é possível observar que enfrentamos uma crescente mudança no comportamento. Temos como objetivo principal uma análise reflexiva sobre a possibilidade do auxílio na formação da autonomia moral da criança por meio do esporte trabalhado na Educação Física Escolar, partindo da análise piagetiana do desenvolvimento da moral nas três fases, denominadas: anomia, heteronomia até a autonomia. Conclui-se que o esporte é uma importante ferramenta para o trabalho com a moral infantil, promovendo mudanças significativas nas questões motoras, sociais e afetivas ligadas ao comportamento do indivíduo.

Palavras-chave: ciência, tecnologia, alunos, anos iniciais.

INTRODUÇÃO

Vivemos em constates mudanças em nossa sociedade, que por muitas vezes se expressam em comportamentos que poderiam ser analisados em sua grande maioria pela total ausência de valores, o que tem ocasionado problemas sociais e culturais na humanidade. Cortella e La Taille (2005) afirmam que a sociedade atravessa uma crise de valores ou, ainda, que os próprios valores estariam passando por uma crise. Essa “Crise de valores” poderia indicar que os valores morais estariam “doentes” sendo até possível um ocultamento. Ao analisar esses “Valores em crise”, observamos que eles não desapareceram, mas sim são sensíveis a mudanças, principalmente quando se trata de sua interpretação.

Quando iniciamos uma breve reflexão sobre nossa sociedade é possível observar que enfrentamos uma crescente mudança no comportamento gerado pelo homem cada vez mais injusto, hostil e tortuoso acarretando alterações significantes no trabalho, família, relacionamentos interpessoais, entre outros. inserir os estudantes no debate social a respeito de ciência e tecnologia e suas implicações”.

¹ Graduado em Educação Física Licenciatura. Especialização em Educação Física Escolar (Faculdade Guairacá, 2008) Mestrando em Educação pela Unicentro (2014) e professor da UCP, Faculdades do Centro do Paraná.

² graduação em Educação Física pela UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES, UMC (1988) e Mestrado em Educação pela UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA, UNIMEP(2001). Doutorado em Educação Física pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, UNICAMP (2013).



A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA MORAL ATRAVÉS DA PRÁTICA ESPORTIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Na escola, onde as relações são intensas, expressando valores e conflitos entre adultos e crianças. Questões como a indisciplina, a agressividade verbal e/ou física, são colocadas em pauta por muitos educadores, promovendo discussões sobre ética, moral e valores em diversos países.

De nossa parte, acreditamos que uma possível gênese, explicação desses problemas reside na ausência dos pais. Embora não generalizada, a solidão vivenciada pelos filhos pode ser em parte resultado da omissão e até indiferença dos pais na formação ética e moral da criança, deixando ao ambiente escolar a incumbência da educação de seus filhos.

Muitas crianças têm passado a maior parte de seu tempo na escola, iniciando seus principais períodos de aprendizado social e moral em instituições de educação infantil públicas ou privadas.

Para Piaget (1994, p.34)

[...] antes dos 3-4 anos ou 6-7 anos, conforme o país, não é a escola, e sim a família que desempenha o papel de educadora. Poderão talvez alegar então que, mesmo admitindo esse papel construtivo das interações sociais iniciais, o direito à educação diz respeito, antes de mais nada, à criança já formada pelo meio familiar e apta a receber um ensino escolar [...]. Entretanto, dissociando-se dessa forma o processo educativo em dois períodos ou segundo duas esferas de influência, das quais a primeira seria formadora, limitando-se a segunda à transmissão de conhecimentos particulares, torna-se a empobrecer o significado do direito à educação. Não somente se restringe o alcance construtivo desse último, mas também se separa a escola da vida [...].

Embora não seja o foco deste artigo falar sobre a “terceirização”³ da educação das crianças, é de suma importância o entendimento da realidade cotidiana das famílias e fim de entender de que maneiras as crianças adentram ao ambiente escolar e como deve ser o trato pedagógico para suprir a falta de experiências e vivências da criança durante seu desenvolvimento.

Temos como objetivo principal uma análise reflexiva sobre a possibilidade de auxílio na formação da autonomia moral da criança por meio do esporte trabalhado

³ Entendemos por terceirização as situações do mundo contemporâneo, em que boa parte das crianças fica sozinha ou aos cuidados de terceiros enquanto os pais trabalham para tentar garantir o sustento da casa. A dedicação de pais e mães ao trabalho significa menos tempo em casa com as crianças, com a família. Na prática, esse abandono traz consequências e faz surgir a figura da "criança terceirizada". (FILHO 2007).

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA MORAL ATRAVÉS DA PRÁTICA ESPORTIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

na Educação Física Escolar, partindo da análise piagetiana do desenvolvimento da moral nas três fases, denominadas anomia, heteronomia e autonomia.

Em um primeiro momento será abordada a compreensão de desenvolvimento moral segundo Piaget; em um segundo momento apresenta-se uma analogia com a pedagogia do esporte. E para finalizar comentamos como o esporte pode contribuir para a formação da autonomia moral na criança de acordo com as ideias de Piaget.

DESENVOLVIMENTO MORAL: CRIANÇA, REGRAS E O ESPORTE

Na tentativa de compreender o desenvolvimento moral se faz necessário comentar o entendimento de Piaget sobre esta questão exposto na obra “O Julgamento Moral na Criança” (1977), onde são apresentados os conceitos de anomia, heteronomia, autonomia, cooperação, coação, entre outros, conceitos que serão pertinentes para a discussão proposta neste artigo.

O desenvolvimento moral é um processo de construção e organização gradativa do indivíduo que realiza um avanço qualitativo com relação às experiências anteriormente vivenciadas, sendo pela superação alcançados níveis mais elevados de conhecimento e construção de valores.

O sujeito tem um papel ativo na construção dos valores, das normas de conduta, afirmam os estudos realizados por Piaget (1977). Existe uma influência mútua, o indivíduo atuando sobre o meio e o meio sobre ele, na verdade trata-se de um conjunto de fatores que contribuem para o processo da construção de valores morais.

Este processo exige tempo e a convivência com os adultos, ambiente escolar e relacionamento interpessoal, com situações que geram constantemente problemas que influenciam os relacionamentos com conquistas e perdas. Também por meio da interação e da experimentação a criança construirá gradativamente seus valores, princípios e normas.

Ao pensarmos em relacionamentos uma condição necessária é a existência de regras e condutas elaboradas e conhecidas, para garantir um convívio social harmonioso: “Toda a moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda amoralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras” (PIAGET 1977, p. 11).

As regras morais, que a criança aprende a respeitar, lhes são transmitidas pela maioria dos adultos, isto é ela as recebe já elaboradas, e, quase sempre, elaboradas, nunca na medida de suas necessidades e de seus interesses, mas de uma vez só e pela sucessão ininterrupta das gerações adultas anteriores. (PIAGET 1977 p. 11)

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA MORAL ATRAVÉS DA PRÁTICA ESPORTIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Essas regras existem em função da coexistência humana e da necessidade de regular a convivência existente. No entanto, para Piaget o importante não são as normas em si, mas sim, o porquê as seguimos.

A partir dessa compreensão é que buscamos analisar como o esporte e suas regras podem colaborar na construção moral do indivíduo. Piaget realiza em sua obra uma análise em relação às regras do jogo. A definição de jogo e esporte e suas especificidades permitem-nos reconhecer pontos em comum para uma aproximação aos conceitos piagetianos.

Embora o termo jogo evoque várias definições, pode-se dizer que é uma atividade de caráter lúdico, com normas livremente estabelecidas pelos participantes.

O jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentido de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana. (HUIZINGA, 1996, p. 33)

O esporte é entendido como uma atividade de organização com normas estabelecidas para os participantes.

No caso do esporte temos uma atividade nominalmente classificada como jogo, mas levada a um grau tal de organização técnica e de complexidade científica que o verdadeiro espírito lúdico se encontra ameaçado de desaparecimento. Todavia há outros fenômenos que parecem apontar no sentido oposto a esta tendência para o excesso de seriedade. Surgem certas atividades cuja razão de ser depende inteiramente do interesse material e que em sua fase inicial não tinham nada a ver com o jogo, nas quais o elemento lúdico só pode ser coisas sérias que se transformam em jogo e nem por isso deixam de ser consideradas sérias. Estes dois fenômenos estão ligados pela força dos hábitos agonísticos, ainda universalmente dominantes, embora sob formas diferentes das de outrora. (HUIZINGA, 1996, p. 221)

O esporte, por sua vez, é classificada sob um conjunto de circunstâncias uma delas é a presença de regras preestabelecidas por diferentes instituições que regem cada modalidade esportiva, sejam ligas, federações, confederações ou comitês olímpicos. Sendo assim podemos dizer que o esporte envolve uma atividade física competitiva que é institucionalizada e busca a vitória.

A PRÁTICA E A CONSCIÊNCIA DA REGRA

Nas pesquisas realizadas por Piaget (1994), em relação à prática das regras o autor definiu quatro estágios sucessivos: Estágio puramente motor; estágio egocêntrico; estágio da cooperação nascente e estágio da codificação das regras.

Primeiro e segundo estágio

Para melhor compreender o desenvolvimento moral Piaget (1977), pesquisou crianças entre 4 e 13 anos de idade em situação de jogo com regras. O jogo escolhido pelo autor foi bola de gude, por ser um jogo muito vivenciado em sua época e apresentar uma estrutura de regras, para o autor “Toda moral consiste num sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por estas regras” (PIAGET 1977 p.23).

No primeiro estágio, relacionado ao motor e as crianças manipulavam as bolinhas “[...] em função de seus próprios desejos e seus hábitos motores” (PIAGET 1977 p.23). Neste estágio o jogo é individual e utilizado apenas para satisfação pessoal. Um exemplo típico é quando a criança arremessa um objeto repetidamente para que o adulto pegue. Ainda não se pode falar de regras coletivas, apenas regras motoras, sendo o objetivo compreender a natureza da bolinha e acomodá-la a seus esquemas motores.

Na questão da consciência da regra o primeiro estágio é puramente individual e vai até três anos de idade aproximadamente. A criança interage e joga pelo prazer da reprodução, não estima a regra, até porque não há uma consciência lógica da obrigatoriedade de sua execução, integrando uma subjetividade muito grande na sua prática.

Portanto, é possível que, desde seu primeiro contato com o objeto, a criança esteja, de antemão persuadida de que certas regras se impõem em relação a esses novos objetos. (PIAGET 1977)

O segundo estágio acontece por volta dos dois aos cinco anos de idade. A criança recebe do exterior as regras prontas, codificadas, e joga imitando os mais velhos, não havendo preocupação com vitória ou em jogar sozinha Mesmo quando jogam com outras crianças “[...] jogam ainda cada uma para si (todas podem ganhar ao mesmo tempo) e sem cuidar da codificação das regras” (PIAGET 1977 p.23 e 24).

O segundo estágio é o do egocentrismo. A criança ainda encontra-se em uma situação a parte, pois não consegue um equilíbrio entre seu pensamento e o do adulto, ficando isolada. A criança fica dominada por um conjunto de regras e exemplos que lhes são impostos de fora. Mas por outro lado, não podendo ainda se situar num pé de igualdade frente aos mais velhos, utiliza para si, e nem mesmo

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA MORAL ATRAVÉS DA PRÁTICA ESPORTIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

se dar conta do seu isolamento, o que conseguir aprender da realidade social ambiente. (PIAGET 1977)

Através da análise realizada por Piaget no primeiro e segundo estágio, verificamos que o esporte deve ter um trato pedagógico direcionado, tendo importância a intervenção adulta. Inicialmente a criança é regida com certas regras e imposições cotidianas e ao deparar-se com os objetos que compõem uma ou outra modalidade esportiva, haverá uma interação puramente individual com o objeto.

Três pontos são importantes de associar ao jogo de bolinhas realizado com as crianças em analogia pensamos em uma bola de voleibol no caso esportivo. O primeiro ponto analisado por Piaget (1977 p. 26) “é a falta de sequência e de direção na sucessão de comportamento”. A criança inicialmente tenta compreender essa realidade nova para ela utilizando o objeto, no caso a bola, para outras finalidades onde não há regras.

Portanto na utilização do esporte nesse estágio, o objeto e o ato esportivo são utilizados como novas experiências e o professor deve incentivar as mais diferentes vivências corporais. Durante seu desenvolvimento, uma criança passa por diferentes situações que caracterizam suas relações com o mundo físico e social.

Montagu (1996) explica que o toque e os contatos corporais devem ser de qualidade. A afetividade, a relação autêntica e ajustada pelo corpo é um exercício constante no processo de desenvolvimento e aprendizagem infantil. Compreendemos que os professores podem desenvolver o que se chama de disponibilidade corporal a fim de que exercitem com as crianças, muito antes da linguagem verbal, a sensibilidade e leitura de mundo com o corpo, os sentimentos do outro com ele, as tensões e sensações positivas e negativas.

Nesse sentido existe a necessidade de uma exploração corporal construindo diferentes possibilidades de brincar com os objetos, desafiar, saltar, rolar, empurrar, pendurar, dentre outras. Essas diferentes explorações do corpo com os objetos corroboram para uma consciência corporal mais evoluída e percebida pela própria criança.

Em segundo lugar para Piaget (1977 p. 27) “é surpreendente, de fato, constatar como os comportamentos particulares, utilizados sucessivamente pela criança, se esquematizam ou mesmo se ritualizam”. A prática de movimentos corporais e uma vivência simbólica faz com que a criança desenvolva-se naturalmente amadurecendo suas capacidades que ainda estão em desenvolvimento, contribuindo muitas vezes para o despertar de outras que ainda estão em formação inicial, mas posteriormente podem tornar-se fundamentos importantíssimos no desenvolvimento da criança.

Em terceiro lugar para Piaget (1977 p. 27) “[...] é importante notar o simbolismo que se insere imediatamente nos esquemas motores da criança”.

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA MORAL ATRAVÉS DA PRÁTICA ESPORTIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

O esporte possui um poder simbólico muito grande ainda não influenciável nesse estágio. O professor deve estar preparado para interagir com as mídias, em especial a televisão, que permite às crianças tomarem contato precoce com as formas codificadas do esporte. Se para uma garota jogar voleibol é sacar “viagem” e “cortar” contra um bloqueio triplo, e se no imaginário de um garoto ele é o Neymar quando chuta uma bola, mesmo que velha e rasgada num chão de terra, o professor/profissional de Educação Física que os recebe deve considerar e trabalhar a parti disso. Contudo, a que se ter cuidado para não confundir este ponto de partida com o ponto de chegada, assim como para saber que este simbolismo presente na atividade esportiva de uma criança, para cuja constituição as mídias são decisivas, não pode confundir-se com a forma desta atividade. Quer dizer, o professor/profissional deve adaptar a forma de jogar futebol e voleibol para que não haja discrepância entre o que a criança/aluno espera e o que lhes é oferecido (BETTI, 2012).

O esporte, principalmente as atividades coletivas, tem um importante papel de inserção e vivências social. As crianças egocêntricas, centradas em si mesmas, não conseguem perceber que há pontos de vista diferentes do próprio; elas não conseguem se colocar no lugar do outro e enxergar qualquer coisa do mundo de uma perspectiva que não seja a própria. O esporte coletivo traz uma consciência da necessidade de colaboração de uns com os outros em prol de um objetivo comum. Para que isso ocorra são necessários tempo e práticas de vivência.

Na questão da consciência da regra, no período do segundo estágio, que acontece por volta dos três anos de idade, a regra se torna sagrada, obrigatória e intangível. Para Piaget (1977), até cinco anos de idade aproximadamente a criança tem dificuldade de coordenar o seu ponto de vista com o do outro, o antes e o depois, o antigo e o novo, então, quase sempre acredita que as regras, mesmo que inventadas a pouco, já existiam há muito tempo e foram criadas por autoridades, preferencialmente por seus pais. Segundo o autor isso acontece devido à dificuldade de retrospectiva e a desorganização de sua memória.

Piaget (1977) afirma que a criança no segundo estágio sente um interesse em seguir certas regras exigidas e apresentadas exteriormente, seja por imitação ou por contato visual e verbal. O esporte é um fenômeno social e mundialmente difundido, principalmente pelos meios de comunicação em massa e o acesso facilitado e esses meios faz com que as crianças cada vez mais cedo conheçam seus objetivos e gradativamente adquiram o conhecimento mais aprofundado de cada modalidade.

Após uma primeira assimilação do esporte a criança trabalha com a organização própria das regras propostas por si mesma, mesmo que a regra não tenha fundamentos lógicos com as regras oficiais.

Terceiro e quarto estágio

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA MORAL ATRAVÉS DA PRÁTICA ESPORTIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

O terceiro estágio ocorre por volta dos sete ou oito anos de idade, momento em que as regras começam a ser observadas pelas crianças e havendo a necessidade de um entendimento mútuo no domínio do jogo. Existe vontade de descobrir regras fixas e comuns a todos, embora as informações sobre as mesmas sejam divergentes. Sendo assim em sequência a esse estágio, ocorre uma real cooperação já que, no anterior as crianças jogavam para si. No domínio do jogo, há um interesse social e não mais psicomotor observado nos estágios anteriores. (PIAGET 1977).

Nessa fase o jogo passa de muscular e egocêntrico para social. Nesse período a inserção em esportes mais organizados, que substituem as regras das crianças pelas regras dos adultos, sendo premente a necessidade de árbitros adultos para intervenções entre as disparidades de entendimento e interpretação de regras do esporte. Nessa fase a aprendizagem motora é totalmente aberta, ou seja, os conteúdos do ensino são aplicados pelo professor de educação física e praticados pelos alunos, sem interferência e correções dos gestos motores (GALLAHUE, 2001).

Na consciência da regra o terceiro estágio (aos dez anos de idade aproximadamente) promove uma modificação na compreensão da regra; a criança aceita que se mudem as regras, desde que as modificações conquistem todas as adesões. Tudo pode ser feito, na medida em que nos obrigamos a respeitar as novas decisões num nível mais elaborado da compreensão das regras, onde observamos que há uma modificação no sentido da regra. Não há mais a crença de que as regras são transcendentais, imutáveis e eternas.

No quarto estágio, que ocorre por volta dos onze anos de idade, observamos as regras mais complexas e conhecidas, ocorrendo a possibilidade de acordar as regras entre o grupo com relação a sua possível mudança. As regras, são discutidas pelo grupo, mudando-as desde que haja consentimento de todos, o que nos remete a uma igualdade de decisão entre os participantes no que se refere a posição de cada um perante a regra e suas adaptações. Como neste estágio o raciocínio lógico da criança está se formalizando, há maior compreensão em relação às discussões jurídico-morais, uma vez que estas são assimiláveis ao raciocínio formal em geral.

Nesse estágio o esporte já é totalmente absorvido na cultura da criança, tornando-se cotidiano e difundido pelos meios de comunicação.

ANOMIA, HETERONOMIA E AUTONOMIA

No processo de construção e desenvolvimento intelectual, afetivo e social, prática e consciência evoluem e a criança passa a ter melhor compreensão das regras, coordenando estes dois conceitos.

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA MORAL ATRAVÉS DA PRÁTICA ESPORTIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

No que se refere à prática e consciência do sujeito Piaget (1977), definiu três estágios do desenvolvimento moral, a anomia, a heteronomia e a autonomia. Verificaremos como se dá este processo rumo à conquista de uma consciência moralmente autônoma.

Anomia

No estágio da anomia, também chamado de estágio da pré-moralidade, inicia-se a partir do nascimento até mais ou menos 5 anos de idade. Tem com característica a ausência da prática e compreensão das regras. A criança está fora do universo moral e as regras não são associadas a valores como certo, errado, bem, mal. (PIAGET 1977).

Piaget (1977) nos mostra que a medida que a criança cresce e interage socialmente, passa a perceber os outros e a si mesma, formando uma compreensão do que pode e o que não pode ser feito, iniciando a transformação de anomia em heteronomia.

Nesse estágio o esporte é praticado na forma de jogos e também na prática de jogos pré-desportivos, para que as regras possam ser facilmente adaptadas e alteradas de acordo com a faixa etária, e auxiliando a compreensão das regras e convivências sociais.

Heteronomia

Nesse estágio observamos que a criança dará início a descoberta de que maneira as coisas devem ser feitas. O hábito cede lugar ao dever e a autoridade é a fonte de legitimação deste dever. Para o sujeito heterônomo, é moralmente correto obedecer às regras postas como certas e boas pela autoridade, por isso, é chamada a moral da obediência. De maneira geral este estágio se completa por volta dos 9, 10 anos de idade, tendo como principal característica é a obediência não é à regra propriamente dita e sim à autoridade da qual deriva a regra sendo analisado como um respeito unilateral. (PIAGET 1977).

O esporte é regido por regras formuladas para organizar uma certa ordem em sua prática. Trata-se de uma ordem mundialmente difundida e regida por instituições destinadas a criação, acompanhamento e aplicação das regras. A criança quando inicia uma prática esportiva entra em um ambiente regido por regras não maleáveis, sendo punidas no caso do não cumprimento.

O esporte é uma atividade de grupo organizada, centrada no confronto de pelo menos duas partes. Exige um certo tipo

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA MORAL ATRAVÉS DA PRÁTICA ESPORTIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

específico de esforço físico. Realiza-se de acordo com regras conhecidas, que definem os limites da violência que são autorizados, incluindo aquelas que definem se a força física pode ser totalmente aplicada. As regras determinam a configuração inicial dos jogadores e dos seus padrões dinâmicos de acordo com o desenrolar da prova. (ELIAS, 1992, p. 230)

Devido a necessidade de adaptar-se ao meio, a criança passa a obedecer as regras julgadas como corretas pelas autoridades.

As regras estabelecem, por exemplo, como a bola pode ser conduzida, com o pé, no caso do futebol, ou com a mão, no voleibol, no basquete, no handebol, etc. E cada um desses esportes, por sua vez, determina maneiras distintas de conduzir a bola com a mão: toque ou drible, etc., e maneiras distintas de agir em diferentes momentos do jogo. Estabelecidas algumas regras gerais, os jogadores têm uma boa margem de liberdade de ação dentro dessas regras o que vem a ser a sua flexibilidade. A flexibilidade das regras permite a criação de novas jogadas, seja do ponto de vista tático ou técnico. É graças a essa flexibilidade que jogadores e técnicos criam novos dribles, novas “jogadas”, novas estratégias. (MARTINS e ALTMANN, 2007 p.5).

Algumas questões importantes devem ser observadas para a garantia de uma boa dinâmica, sendo necessário existir equilíbrio entre rigidez e flexibilidade das regras (MARTINS e ALTMANN, 2007).

Autonomia

A autonomia é o estágio onde o sujeito tem condições de se colocar no lugar do outro, assumir o seu lugar na sociedade e respeitar as regras, consciente de sua importância, agindo não mais por obrigação, mas por necessidade. Para que estas regras sejam estabelecidas é necessário um acordo entre as partes envolvidas.

Neste estágio, que se inicia por volta dos nove, dez anos de idade, as regras são respeitadas dentro de um contexto onde há um mútuo respeito. Contratos são feitos em comum acordo e novas regras podem ser criadas, desde que haja apreciação por parte do grupo.

Para Piaget (1977), a constituição do princípio de autonomia se desenvolve juntamente com o processo de desenvolvimento da autoconsciência. No início, a inteligência está calcada em atividades motoras centradas no próprio indivíduo, numa relação egocêntrica de si para si mesmo.

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA MORAL ATRAVÉS DA PRÁTICA ESPORTIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Para La Taille (1990) a pessoa é moralmente autônoma se, apesar de mudanças de contexto e da presença de pressões sociais, ela permanece, na prática, fiel a seus valores e princípios de ação.

No campo esportivo questiona-se as práticas docentes organizadas de modo a coagir a criança que joga, obedece, mas não compreende, agindo mais pela obediência do que pelo entendimento. Defendemos uma pedagogia que se utilize de uma educação pró ativa e principalmente reflexiva para um entendimento do que pode e o que não pode ser feito sem uma punição, voltando os valores para a cooperação e principalmente ações democráticas no ambiente de ensino.

A prática da autonomia no esporte inicia-se pela ação de cooperar, ouvir, dialogar, opinar e respeitar aprendendo a relacionar-se com os outros, realizando a transposição do estado heterônomo para o autônomo. Um ambiente cooperativo permite que as crianças coordenem os seus pontos de vista simultaneamente aos dos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a dimensão da moral é um campo complexo a amplo. Fica aqui registrado a limitação de nossa discussão na busca de preceitos que sirvam de subsídios pedagógicos para a inserção do esporte como prática esportiva, cultural e social.

Entendemos que a reflexão aqui proposta é de grande valia para a pedagogia do esporte, pois permite o entendimento do processo de construção dos valores morais, e orientando possíveis mudanças metodológicas, redimensionando objetivos quando se tratar de cooperação, respeito mútuo e relações interpessoais.

A prática esportiva pode proporcionar às crianças oportunidades ricas de desenvolvimento, tanto físico quanto cognitivo, auxiliando na autonomia moral do indivíduo. Segundo Freire e Soares (2000), além de garantir o desenvolvimento educacional físico e de cooperação entre os colegas, o esporte proporciona desafios físicos e mentais e contribui para o desenvolvimento social, promovendo a identidade social e grupal.

O esporte no campo educacional tem um papel fundamental na formação educativa das pessoas. Por meio da prática esportiva é possível ensinar normas, regras, deveres, é possível trabalhar valores, melhorar atitudes, mudar condutas equivocadas, melhorar a convivência entre pares, desenvolver e alavancar a autoestima, contribuindo para o desenvolvimento e o amadurecimento da autonomia moral.

As atividades esportivas são concebidas e intencionadas como motivos e oportunidades para objetivos educativos situados além

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA MORAL ATRAVÉS DA PRÁTICA ESPORTIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

do fortalecimento e expressividade do corpo. O terreno esportivo é um espaço por excelência, de formação e educação do desenvolvimento da personalidade, de florescimento do Eu moral, cumprindo funções ao serviço de uma elevada formação ética dos indivíduos e da saúde moral da sociedade (BENTO, 2006 p. 52)

Sendo assim observamos a necessidade de proporcionar através do esporte, um ambiente adequado, possibilitando a construção de seus valores criando uma relação entre professores e alunos auxiliando a construção de sujeitos moralmente heterônomos.

O assunto torna-se pertinente quando novos questionamentos surgem ao se relacionar temáticas como essa: Qual a concepção dos professores de educação física quanto à moralidade em suas aulas? Os professores estão preparados para atuar com a dimensão moral em aulas de educação física e esportes?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORTELLA, M.S.; LA TAILLE, Y. de. **Nos Labirintos da Moral**. Campinas, S.P.: Papirus, 2005.
- BENTO, J. O. Formação e desporto. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. S. **Pedagogia do Desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- BETTI, Mauro. **Educação Física, cultura e sociedade**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, N° 174, Noviembre de 2012. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd174/educacao-fisica-cultura-e-sociedade.htm>
- FILHO, José Martins. **A Criança Terceirizada**. São Paulo, Papirus, 2007.
- FREIRE, T., & SOARES, I. (2000). **O impacto psico-social do envolvimento em atividades de lazer no processo de desenvolvimento adolescente**. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1, 23-40.
- GALLAHUE, D.L. **Desenvolvimento Motor**. São Paulo: Phorte, 2001.
- HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento de cultura**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1996.
- LA TAILLE, Yves de. **Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LA TAILLE, Yves de. **Autonomia e Identidade**. ed. Dezembro. São Paulo: Revista Criança (MEC), 2001.
- MARTINS, Carlos. J.; ALTMANN Helena. **Características do esporte moderno segundo Elias e Dunning**. Disponível em http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Carlos_J_Martins.pdf. Acessado em 09/12/2014.
- MONTAGU, Ashley. **Tocar: o significado humano da pele**. São Paulo: Summus Editorial, 1996.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação, departamento de Ensino Fundamental e Médio. **Diretrizes Curriculares de Educação Física**. 2008
- PIAGET, J. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- _____. **Para onde vai a educação?** R.J., José Olympio, [1948], 1994.
- _____. **Seis estudos de psicologia**. Tradução Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva- 24 ed.- Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2002.

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA MORAL ATRAVÉS DA PRÁTICA ESPORTIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

_____. **O juízo moral na criança.** Tradução Elzon Lenardon. – São Paulo: Summus, 1994.

THE APPROACH OF SCIENCE, TECHNOLOGY AND SOCIETY IN THE TEACHING OF SCIENCES:
THE RELEVANCE OF TEACHING PRATICE

ABSTRACT: When we started a brief reflection on our society you can see that we face a growing change in behavior. Our main objective a reflective analysis on the possibility of aid in the formation of moral autonomy of the child through sports worked in physical education, starting from the Piagetian analysis of the development of morality in three stages, called: anomie, heteronomy to autonomy. We conclude that the sport is an important tool for working with the child morality, promoting significant changes in the motor, social and emotional connected with individuals behavior.

KEYWORDS: Sport; Morality; Physical Education, Education.

Recebido em 12 de dezembro de 2012; aprovado em 12 de junho de 2013.